



Proc. Administrativo 12- 014/2024

De: Ana S. - SECASSI-SOCIAL-COORD

Para: SECADM-LIC - Setor de Licitação - A/C Elizangela S.

Data: 03/07/2024 às 08:35:52

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-LIC, SECADM-CONTABILIDADE, SECASSI-SOCIAL, SECASSI-SOCIAL-COORD, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços, SECADM-LIC-PR

Abertura de Processo Licitatório Auxilio Funeral

Segue etp alterado.

—
Ana Caroline Santini
Coordenadora Creas

Anexos:

ETP_AUXILIO_FUNERAL_OK.pdf

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias. Objetivando a contratação da prestação de serviços funerários e transporte de cadáveres, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

2.1. A contratação de Prestação de serviços **funerários e transporte de cadáveres**, busca atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social tendo em vista que os Benefícios Eventuais de acordo com o Ministério da Cidadania se caracterizam por seu caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. De acordo com o que o legislador previu na LOAS, o benefício é descrito no art. 22 da mesma:

Art. 22. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (BRASIL, Lei nº 8.742 de 1993).

2.2. Relacionando ao jurídico, os benefícios visam nada mais que acessar a garantias individuais e coletivas, resguardadas na Constituição Federal de 1988, preservando a dignidade da pessoa humana que, em situação vulnerável, deve ser tutelada pelo Estado.

2. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/12/2024

III) Id do item no PCA: 1277

IV) Classe/Grupo: equipamentos e artigos mortuários e de cemitério

V) Identificador da Futura Contratação: 987541-40/2024



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Para o problema indicado acima a ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

3.1 A empresa deve possuir e comprovar por meio de Declaração ou outro documento comprobatório:

3.1.1 Estabelecimento apropriado para o atendimento e realização dos serviços,

3.1.2 Veículos em bom estado para o transporte seguro e ágil de cadáveres,

3.1.3 Produtos fúnebres de qualidade e a disposição sempre que necessário,

3.1.4 Mão de obra capacitada e qualificada e em quantidade necessária, para o desempenho eficiente dos serviços prestados.

3.1.5 Capacitação técnica para a preparação de cadáver.

3.2 A empresa deve cumprir todas as normas ambientais e sanitárias relativas a prestação adequada e eficiente dos serviços.

3.3 A contratada deverá dispor de um sistema de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana.

3.4 No ato da Assinatura do contrato a empresa deverá apresentar Alvará de Funcionamento no Município de Dois Vizinhos.

3.4.1 A apresentação de Alvará de Funcionamento no Município de Dois Vizinhos não será obrigatória para a empresa vencedora do item Translado Fúnebre e do item Placa de Identificação.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantidade foi baseada em consumo do próprio ente em ano/exercícios do ano corrente e anteriores.

Estima-se que haverá necessidade de 100 Auxílio Funeral Adulto até 120 kg, 20 auxílios funeral Adulto G, 20 auxílio funeral criança, 20.000 km de traslado e 140 unidades de lapide de identificação que serão suficientes para o período de doze meses.

5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada, cujo o ramo de atividade seja



compatível com o objeto pretendido.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da municipalidade. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

Logo, a contratação de serviços funerários e transporte de cadáveres, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente contratação por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

Outro meio da realização do serviço seria pela própria Administração, porém, não há local, equipamentos e nem mão de obra adequados para a execução do mesmo.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Com base no valor estimado da contratação de R\$ 191.000,00 (cento e noventa e um mil reais), estabelecido com referência a licitações anteriores, justifica-se a sua utilização como parâmetro para este processo de contratação. Esta estimativa foi derivada a partir de análises de contratações semelhantes realizadas anteriormente, levando em consideração os custos históricos associados ao fornecimento dos produtos necessários.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Para o atendimento das demandas da Secretaria de Assistência Social, faz-se necessário a contratação de empresa especializada na prestação de serviços funerários e transporte de cadáveres, para atender aos cidadãos e famílias em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, durante o período de 12 (doze) meses, a ser realizado no prazo máximo de 02 (duas) horas, a contar do recebimento da solicitação.

Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;



A contratação pretendida tem por objetivo o atendimento à demanda por serviços funerários no Município de Dois Vizinhos, com a prestação de todos os serviços nele integrantes, já referenciados neste estudo.

Ressalta-se que é viável que todos os itens sejam disponibilizados pela mesma empresa, considerando tratar-se de itens fúnebres com pessoas já em situação de óbito, inviabilizando que uma empresa faça o traslado do corpo e outra empresa trate das questões funerárias e podendo ainda uma terceira realizar o enterro e a identificação. Justifica-se tal solicitação considerando ter uma única unidade de referência para concessão do benefício, pois, trata-se de famílias em situação de vulnerabilidade econômica que são aquelas que enfrentam uma série de desafios, que as colocam em posição de risco justamente pela sua pouca capacidade de acesso à informação. Neste sentido, a licitação por itens não seria viável para o conhecimento das famílias de onde acessar o benefício eventual em tela. Sendo que o benefício deverá ser fornecido por uma única empresa.

Justifica-se ainda as seguintes razões comuns:

Concorrência aumentada, podendo resultar em melhor oferta em termos de preço, qualidade e condição de fornecimento.

Capacidade de fornecimento: O fornecedor ter todos os itens disponíveis para atender a demanda solicitada.

Eficiência e Eficácia: Como trata-se de um item que tange um momento doloroso para a família, a realização da licitação global, traz uma experiência e uma prática de menor impacto aos danos emocionais da família melhorando assim os resultados de satisfação.

Ressalta-se que é viável que todos os itens sejam disponibilizados pela mesma empresa, considerando tratar-se de itens fúnebres com pessoas já em situação de óbito, inviabilizando que uma empresa faça o traslado do corpo e outra empresa trate das questões funerárias e podendo ainda uma terceira realizar o enterro e a identificação.

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a contratação de empresa especializada para prestação de serviços funerários, no município de Dois Vizinhos –PR, que atenda as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social temos como resultado pretendido



amparar os cidadãos e famílias em situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Neste ponto, destaca-se o princípio da economicidade, que por essência, se vincula ao entendimento do melhor resultado na alocação de recursos públicos, sendo um princípio que, em compreensão estendida, advém da cisão de dois outros princípios constitucionais, do interesse público e da eficiência.

Em obediência ao consubstanciado na doutrina quanto ao princípio da economicidade nas compras públicas, a presente contratação busca atender de forma concomitante as necessidades da Sec. Mun. De Assistência Social e as boas práticas no empenho dos recursos públicos. Assim, a elaboração das características dos bens e serviços a serem contratados, o quantitativo e a forma de contratação, qual seja o sistema de registro de preço, foram assim estabelecidos com vistas a proporcionar o aumento da competitividade, escalabilidade e garantia da ampla concorrência e isonomia entre os participantes

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Cátia Bonin
Fiscal Administrativo:	Ana Caroline Santini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Martha Daniela Carboni
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplentes:	Rosilei de Godois– Suplente Fiscal Recebimento/Execução.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Em análise da contratação desejada, constatou-se que não haverá contratações correlatas ou interdependentes.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;

Para a prestação desses serviços deve ser exigido o cumprimento de todas as normas ambientais e sanitárias vigentes, especialmente quanto a obtenção



dos licenciamentos exigidos para a atividade desempenhada; o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde; as práticas de sustentabilidade.

É importante que os materiais e serviços envolvidos nesta Contratação considerem critério compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis; e que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável e não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada.

Ainda, para que os serviços sejam realizados em contento espera-se que a(s) Contratada(s) disponha de materiais e equipamentos em quantidade e qualidade suficientes para atender conforme a demanda.

13. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa de prestação de serviços funerários e transporte de cadáveres, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

14. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O fornecimento dos serviços será por demanda, devido a natureza do objeto.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão.

Critério de julgamento: menor preço.

Modo de disputa: aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Em anexo, com os demais documentos.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Não sigiloso.

Dois Vizinhos, 22 de maio de 2024.

Ana Caroline Santini
Assessora Financeira
Responsável pela Elaboração do ETP
Matrícula Funcional 19435-1





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B2F3-CAA2-9154-1FD2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANA CAROLINE SANTINI (CPF 107.XXX.XXX-36) em 03/07/2024 08:36:23 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/B2F3-CAA2-9154-1FD2>